



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008849-36.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação**
 Impetrante: **WTEC MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA**
 Impetrado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

Wtec Móveis e Equipamentos Tecnicos Ltda impetra mandado de segurança contra ato praticado pelo Diretor do Departamento de Negócios Jurídicos da Prefeitura Municipal de São Carlos, no pregão eletrônico nº 006/2016 (fls. 161), decidiu pela desclassificação da impetrante, sob o fundamento de que a impetrante está em recuperação judicial. Decisão mantida em recurso administrativo (fls. 163/165). Sustenta a ilegalidade do ato, porquanto, além de contrariar orientação do STJ no AgRg 23.499, ofendeu decisão proferida pela 1ª Vara Cível da Comarca de Erechim / RS dispensou a certidão de que trata o art. 31, II da Lei nº 8.666/93.

Liminar negada.

Informações prestadas.

O Ministério Público apresentou parecer final.

É o relatório. Decido.

O art. 31, II da Lei nº 8.666/93 prevê como requisito de qualificação econômico-financeira a apresentação, pelo concorrente na licitação, de "certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica".

1008849-36.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tendo em vista que a redação do referido dispositivo é anterior à Lei nº 11.101/2005, época em que subsistia em nosso sistema a figura da concordata, e como esta última foi substituída, com a nova lei, pela recuperação judicial, exsurge natural a conclusão de que a menção à concordata aplica-se, hoje, à recuperação judicial.

Esse mesmo raciocínio se estende à menção, no edital, da concordata, mas não da recuperação judicial, que por lógica também está inserida na restrição editalícia, ante a equivalência funcional dos institutos.

Não bastasse, como mencionado na decisão que negou a liminar, o próprio art. 52, II da Lei nº 11.101/2005, ao tratar da dispensa de apresentação de certidões negativas para a recuperanda exercer suas atividades, ressalva a contratação com o Poder Público.

Por fim, a decisão proferida pela 1ª Vara Cível da Comarca de Erechim / RS, como exposto em informações e no parecer do Ministério Público, não alcança o Município de São Carlos, vez que este não integrou o respectivo processo. Aquela decisão, como ocorre com a sentença, somente produziu efeitos às partes entre as quais foi dada, não prejudicando terceiros, entre eles a municipalidade de São Carlos (art. 506, CPC).

Ante o exposto, denego a segurança.

Sem condenação em honorários, no writ.

P.I.

São Carlos, 24 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**